



“A sustentabilidade dos Media em Portugal”

No âmbito do restabelecimento do Ministério da Cultura como promotor de uma política cultural articulada, coerente e sustentada, este Governo optou por integrar a imprensa, a rádio e o audiovisual e os novos média, na esfera da Cultura.

Sendo o tema desta conferência a sustentabilidade dos media, começaremos a nossa intervenção pelas empresas públicas de comunicação social, aquelas que mais diretamente estão sob a nossa responsabilidade.

A sustentabilidade financeira das empresas públicas de comunicação social tem sido uma das nossas principais preocupações, sem ela não é possível o cumprimento da sua missão de serviço público. Tanto na LUSA como na RTP esse objetivo tem sido conseguido. As empresas estão financeiramente equilibradas e têm todas as condições criadas para cumprir a sua missão de serviço público.

A RTP vinha de uma lógica de privatização e progressivo desmantelamento com uma linha de programação concorrencial com os operadores privados.

A LUSA foi praticamente exaurida de recursos, de tal forma que estava em causa o cumprimento da sua missão de serviço público.

Atualmente a RTP tem um financiamento estável e foi recentrada na lógica do serviço público, com uma forte componente educativa e cultural e uma lógica de programação diferenciada dos privados.

Defendemos a aposta em conteúdos de qualidade, diferenciados, assumindo-se a RTP como um operador de referência com um posicionamento distinto dos privados. Valorizamos a sua dimensão educativa e cultural, destacando-se na promoção da cultura e das artes, na articulação com instituições culturais a nível nacional e regional, na divulgação do livro, no apoio ao cinema e à produção independente, na digitalização e disponibilização gratuita do arquivo *online* aos cidadãos e na adequação da programação aos diversos tipos de público da RTP Internacional, nomeadamente, através de ferramentas *online*.

Recorde-se que em 2013, o cenário de privatização da RTP pelo Governo PSD/CDS incluía, por exemplo, o fecho da RTP2 e que a RTP Madeira e Açores seriam separadas da casa-mãe, o que poderia levar ao seu encerramento, tal cenário com este Governo está completamente afastado.

Foi dada especial atenção aos Centros Regionais, o Centro Regional dos Açores melhorou substancialmente, quer com novas instalações e novas capacidades na Ilha Terceira, bem como aumentou as suas valências com a inauguração das instalações conjuntas de rádio e televisão, um estúdio virtual e um núcleo museológico em Ponta Delgada. Também no Centro Regional da Madeira está em curso um projeto de remodelação técnica, nomeadamente, a instalação de um estúdio virtual.

Quanto à LUSA - Agência de Notícias de Portugal, atualmente tem uma estratégia clara e definida, consubstanciada num contrato de prestação de serviços noticiosos celebrado com o Estado que valoriza a missão pública que lhe está atribuída, que se deve caracterizar por um jornalismo independente, pluralista, isento e rigoroso. Para tanto, tem assegurado financiamento adequado e

estável, sendo-lhe atribuída uma indemnização compensatória a 3 anos, com um aumento de 20,3% face a 2015.

A LUSA passa também a partir de hoje a ter uma nova liderança capaz de levar o seu projeto adiante, para tal convidámos o jornalista Nicolau Santos. Num tempo de acentuada proliferação de *fake news* e de disseminação de campanhas de desinformação e propaganda mais ou menos organizadas que se confundem com conteúdos jornalísticos, tal designação simboliza um ponto crucial no panorama mediático, o empoderamento dos jornalistas, tendo em vista assegurar um jornalismo livre, isento, plural e rigoroso como um dos principais pilares das nossas sociedades democráticas. Contudo, a nossa missão não se esgota na sustentabilidade das empresas públicas, a nossa atenção tem que se voltar também para todo o tecido empresarial do setor e para a subsistência das empresas privadas. Tendo em conta que os próximos anos serão marcados em Portugal, como nos demais países, por uma profunda transformação estrutural dos meios de comunicação social, temos pautado a nossa atuação na procura de linhas estratégicas que proporcionem às empresas de comunicação social um mercado mais justo e sustentável que possa assegurar a viabilidade do modelo de negócio das empresas num mercado cada vez mais globalizado onde nem sempre a concorrência é leal e justa.

O respeito pelo direito de autor dos editores de imprensa, conforme defendemos na respetiva diretiva, tem sido um dos nossos principais desígnios e um pilar fundamental das nossas linhas estratégicas na transição para o digital, como forma de recuperar os recursos publicitários que os media tradicionais vão perdendo para as grandes empresas da economia digital.

Os jornais, as revistas e outras publicações impressas beneficiaram da passagem da edição impressa para os serviços digitais e em linha, como as redes sociais e os agregadores de notícias. Este facto trouxe um público mais vasto, mas teve igualmente um impacto nas receitas de publicidade e tornou a concessão de licenças e o respeito pelos direitos de autor das referidas publicações cada vez mais difícil.

Defendemos, por isso, a introdução na ordem jurídica europeia de um novo direito conexo para os editores de imprensa, que reconheça o importante papel que desempenham em investir e criar conteúdos jornalísticos de qualidade, o que é essencial para o acesso dos cidadãos ao conhecimento nas nossas sociedades democráticas.

Acresce, que não nos ficámos pelo reconhecimento do direito a nível europeu. Na ordem jurídica interna através de alterações à Lei da Cópia Privada procurámos que os editores de imprensa beneficiassem das verbas provenientes da venda de suportes e dispositivos de armazenamento de dados, tais como, *tablets e smartphones*, que anteriormente na lei de 2015 feita pelo anterior governo não lhes eram atribuídas.

Desta forma, tornou-se possível que os editores de imprensa e os jornalistas passassem a beneficiar da taxa aplicada a um maior número desses aparelhos, de forma a obter uma significativa compensação financeira pela utilização dos seus conteúdos. Passou-se, assim, do reconhecimento do seu direito enquanto autores, ao mais importante e ao que mais releva quando falamos de sustentabilidade: a efetiva monetização dos seus direitos.

Quanto à comunicação social de âmbito regional e local, relembramos que o anterior Governo procedeu à extinção do Gabinete de Meios para a Comunicação Social, serviço central da

administração direta do Estado encarregue do apoio ao setor, transitando a gestão dos incentivos e apoios à comunicação social de âmbito regional e local, no essencial, para as comissões de coordenação e desenvolvimento regional (CCDR), sem que, no entanto, tenham sido assegurados os meios necessários ao seu funcionamento, daí resultando os expectáveis constrangimentos operacionais daí decorrentes.

Nesta altura, estão criadas as condições para que o regime de incentivos à comunicação social passe a funcionar num quadro de normalidade, assegurando, quer à imprensa local e regional, quer às rádios locais, a concessão de apoios a projetos relativos à modernização tecnológica e desenvolvimento digital, emprego e formação profissional, acessibilidade à comunicação social, desenvolvimento de parcerias estratégicas e à literacia e educação para a comunicação social.

Quanto aos operadores de televisão, em nosso entender a Estratégia para o Mercado Único Digital na Europa exigia uma modernização da Diretiva «Serviços de Comunicação Social Audiovisual» (SCSA) que refletisse as alterações em curso no âmbito do mercado, do consumo e da tecnologia.

Reconhecendo que o mercado televisivo mudou radicalmente, o Governo português posicionou-se face a esta diretiva europeia defendendo o aumento da flexibilidade no âmbito das comunicações comerciais audiovisuais, em particular no que respeita a regras quantitativas para serviços de comunicação social audiovisual lineares, colocação de produto e patrocínio, bem como pugnou pela flexibilização da quantidade de publicidade televisiva permitida, passando-se dos atuais limites horários para limites diários.

Cientes das enormes dificuldades por que passa o setor, estamos confiantes que aquando da transposição da diretiva para a ordem jurídica interna teremos dado um considerável passo em frente face à realidade atual, no sentido da viabilização da sustentabilidade económica das empresas que operam no mercado audiovisual, fator essencial para que haja criação de mais e melhor emprego para os jornalistas e demais profissionais do setor.

Também o advento do alargamento da televisão digital terrestre proporcionou uma forma de promover a sustentabilidade dos operadores televisivos. Quando este Governo tomou posse a TDT tinha uma oferta de apenas 5 canais na rede existente, situação que o anterior Governo considerava irresolúvel e inultrapassável devido a constrangimentos tecnológicos, financeiros e jurídicos. Estes condicionamentos foram ultrapassados, nomeadamente os tecnológicos, com o aproveitamento total do espectro ora existente, assegurando-se não só uma maior quantidade de conteúdos aos utentes da televisão digital terrestre (atualmente 7 canais, em vias de aumentar para 9), mas também uma maior diversidade de programação.

Com o aumento da oferta de canais os operadores de televisão passaram a pagar menos pela utilização da rede, sendo que o aumento do número de canais de 5 para 7 fez com que os operadores que pagavam anteriormente à volta de 3 milhões por ano pela sua utilização passassem a pagar em 2017 algo em torno de 2,4 milhões. Essa significativa poupança de cerca de 600 mil euros ano, constituiu um importante incentivo indireto aos operadores de televisão, estimando-se que com o aumento para 9 canais passarão a pagar anualmente cerca de menos 1 milhão de euros face ao que pagavam em 2015 ao tempo do anterior governo.

Tanto os benefícios concedidos ao setor via Lei da Cópia Privada, quer os provenientes da TDT são formas de incentivar o setor da comunicação social sem recorrer ao Orçamento do Estado, proporcionando assim, um quadro claro e transparente que não ponha em causa um pilar fundamental do setor: a sua independência face ao poder político e económico.

Os desafios da comunicação social na nova economia digital são difíceis e complexos, mas acreditamos que estamos no rumo certo no intuito de garantir, quer a sustentabilidade das nossas empresas de comunicação social nesta nova era digital, quer a ressalva dos valores tradicionais que defendemos e que são essenciais numa sociedade democrática: a liberdade de imprensa, a transparência, o respeito pelo pluralismo e o rigor da informação, condições essenciais para que tenhamos uma opinião pública informada e com sentido crítico. O direito de informar-se, informar e ser informado continua para nós a ser condição essencial e necessária para a realização do Estado de direito democrático que queremos continuar a construir.

Lisboa, 21 março, 2018